



CONTRA A CORRUPÇÃO E A IMPUNIDADE

Como todos sabem, a instituição do seguro não tem cor política. Todavia, isso não significa que ela esteja alheia ao que se passa à sua volta. Ao contrário: é uma organização que se assenta na boa-fé, mantendo sintonia com os grandes temas que impulsionam a humanidade a crescer. Devido a isso, o seguro é um instrumento de eficiência e desenvolvimento, pois sem ele a sociedade não poderia avançar quer seja no comércio ou na indústria.

Este Sindicato espousa os mesmos princípios. Daí por que não poderia se omitir diante das notícias que circulam na imprensa, a respeito dos escândalos que ocorrem na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que,

segundo denúncias, existem naquela Casa funcionários corruptos, cuja mazela já se tornou endêmica em todo o país. O nosso Sindicato não poderia deixar de apoiar a campanha da OAB Paraná, mesmo porque entendemos que é preciso, sem maior delonga, sanar os males que vicejam há décadas em todo o país.

Em boa hora, a OAB Paraná

decidiu lançar uma campanha de alerta à sociedade, contra a corrupção e a impunidade, através dos órgãos de comunicação. A iniciativa vem tendo circulação diária no jornal Gazeta do Povo, não só como repulsa ao que vem acontecendo em nosso estado, como também é um apelo à população para que

O Paraná é um estado modelo, onde a prosperidade se realiza em todas as suas manifestações de trabalho, de ordem, de riqueza e modernidade. De forma alguma poderá aceitar esse estado de coisas que maculam os valores democráticos de uma sociedade ciosa dos seus brios e de seus deveres para

porque têm ao seu favor as chicanas dos processos de falcaria que os levam sempre ao desfrute da vida fácil.

Para nós, homens de seguro, essa situação maléfica que atravessamos nos causa séria preocupação, eis que a corrupção tem efeitos nefastos não só para a sociedade em si como também para

os negócios, pois ela grassa nas mais diversas formas de achaques, de propostas de suborno, propinas, etc. Ela vai dos trocados aos milhões. O país, como sabemos, esbarra a cada dia em profundos empecilhos, tudo porque o dinheiro do contribuinte é subtraído das verbas destinadas à infra-

estrutura e que faria mover a máquina do progresso que todos almejamos. Devido a isso, a cada um de nós cumpre combater essa praga que assola os meios políticos, deixando sequelas profundas e contaminando o estímulo de quem deseja trabalhar com honestidade pelo bem do Brasil e do Paraná.



tome posição firme contra os corruptos, cuja mazela já se tornou endêmica em todo o país.

O nosso Sindicato não poderia deixar de apoiar a campanha da OAB Paraná, mesmo porque entendemos que é preciso, sem maior delonga, sanar os males que vicejam há décadas em todo o país.

com o Brasil. A sociedade civil concentra forças suficientes para exigir mudanças inadiáveis em nosso sistema político que acolhe velhas e odiosas raposas que se abrigam nas brechas permissivas da impunidade, e que encontram guarida na tibieza das leis. Os delinquentes políticos continuam afrontando a sociedade



:: PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

Os projetos de infraestrutura previstos para os próximos anos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Copa e Olimpíada demandarão bilhões de dólares de capacidade das seguradoras e resseguradoras em seguro de crédito que, como o próprio nome sugere, garante o fiel cumprimento das obrigações descritas nos contratos. A indústria de seguros garante que a capacidade e o apetite pelos riscos brasileiros existem. Mas o setor terá de fazer uma força tarefa para assegurar todas as obras, assim como as empresas envolvidas nas construções terão de dar informações detalhadas e precisas necessárias para a análise do risco. "Garantias para projetos tão grandes já foram emitidas recentemente, demonstrando a capacidade do mercado em absorver esses riscos. O principal entrave, porém, é a concentração de todos os grandes projetos em um pequeno número de empresas, o que gera uma exposição muito elevada junto aos resseguradores, dificultando a aprovação de capacidade adicional para os novos projetos", explica Christian Garbrecht, chefe da área de desenvolvimento de negócios da Munich Re. Ainda assim, ele acredita que o mercado brasileiro reúna condições para assumir os riscos que virão nos próximos anos, desde que as condições exigidas nas garantias sejam viáveis, que as informações necessárias para análise estejam disponíveis e que o mercado tenha tempo para analisar os projetos detalhadamente. Para Cristina Tseimatizidis, gerente de Garantia da corretora Marsh, capacidade há, mas o mercado terá de se organizar e trabalhar com sinergias para concedê-la. "Terá de haver parcerias não só em seguro, mas também em

resseguros, para oferecer capacidade para um mesmo risco", avalia Cristina. "Além disso, o IRB deve pensar em aumentar sua capacidade e a Susep deve autorizar a entrada de novas empresas de seguro e resseguro no Brasil." E a indústria já começou a se mexer. Para atender às necessidades de seguro garantia para a usina hidrelétrica de Belo Monte foi criado um pool de seguradoras formado por JMalucelli, Banco Fator e UBF Seguros. Com investimentos previstos em R\$ 21 bilhões, estima-se que o valor total das garantias para a usina deva girar em torno de R\$6 bilhões. O programa de garantia da usina hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), por exemplo, foi desafiador, segundo Luis Barretto, vice-presidente da Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros, pois o volume de investimento era muito alto. A Odebrecht é a líder do consórcio que está construindo a hidrelétrica e tem uma corretora de seguros própria para contratar os programas de seguros do grupo. "Pelo modelo de project finance do projeto, tivemos de convencer os bancos que o risco era mensurável e mitigável", comenta Barretto. Ele estima que os 107 novos projetos que a Odebrecht tem ao redor do mundo deverão exigir US\$ 8 bilhões em novos contratos de garantia. Para ter uma noção do apetite das seguradoras, essa modalidade de seguro foi o destaque da Zurich Corporate Conference 2010, que aconteceu semana passada no Guarujá (SP). "Para o Brasil temos capacidade de US\$ 500 milhões por projeto", afirma Sean McGroarty, vice-presidente para mercados emergentes de seguro garantia, crédito e risco político da Zurich. (Fonte: Brasil Econômico - 11/05/10)

:: EXPECTATIVA DE VIDA

Desde março o mercado de seguros tem uma nova classificação de expectativa de vida para definir o preço da apólice.

A nova tábua de mortalidade, desenvolvida com base nas características dos atuais segurados brasileiros, elevava a expectativa de vida dos homens em quase 2 anos e de mulheres em 1 ano e dois meses, o que deve baratear os seguros entre 10% e 15%.

"Adotávamos a americana. A nova vai proporcionar seguros mais adequados à realidade brasileira", afirma o diretor

da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi) Luiz Peregrino. Segundo ele, é difícil encontrar planos que já a utilizem. "Leva alguns meses para que os produtos sejam adaptados", afirma.

Na busca pelo seguro ideal, diz Peregrino, deve-se procurar ajuda de corretores certificados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e ler atentamente todas as cláusulas da apólice. "É dever do corretor saber explicar tudo". (Fonte: Jornal da Tarde - 18-05-10)



:: NOVA TÁBUA BIOMÉTRICA

A FenaPrevi promoveu, no dia 20, das 9h às 17h30 no Caesar Business Faria Lima (SP), seminário sobre "Nova Tábua Biométrica BR-EMS".

O encontro reunirá representantes das principais empresas de previdência privada para discutir o advento da nova tábua biométrica, os critérios de sua atualização,

os reflexos na solvência, entre outros tópicos. A parte da tarde do encontro será dedicada a avaliar o fenômeno da longevidade e os efeitos na gestão dos planos de previdência.

Nosso Sindicato esteve representado pela Vice-Presidente Secretária, Ileana Maria Iglesias Teixeira Moura.



:: DPVAT PARA O VIDA

O deputado Doutor Ubiali (PSB-SP), relator do projeto de lei que torna obrigatória a contratação de seguro de vida para os empregados por todas as empresas brasileiras, mudou substancialmente o texto original no substitutivo apresentado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara. E nenhum outro parlamentar dessa comissão apresentou emenda ao texto do relator, favorável à aprovação.

Assim, aumentam as chances de aprovação do projeto, que foi elaborado inicialmente pelo deputado Doutor Nechar (PP-SP). Na prática, o relator sugere a criação de uma espécie de "Dpvat do ramo vida". Para começar, ele propõe que a indenização seja paga por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operem no ramo vida.

Além disso, o pagamento da indenização será efetuado mediante simples apresentação da certidão de óbito e da prova de qualidade de beneficiários, independentemente da existência de culpa ou constatação de suicídio. Essa indenização será paga em dinheiro em até dois dias úteis da apresentação dos documentos exigidos.

O Poder Executivo irá regulamentar a Lei e estabelecer normas para atender ao pagamento das indenizações previstas, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do

consórcio. O Governo também estabelecerá anualmente o valor correspondente ao custo da emissão e da cobrança da apólice ou do bilhete do seguro obrigatório.

O valor dos prêmios desse seguro será estipulado de forma solidária, a partir das características da totalidade dos empregados brasileiros, e, para cada valor de salário, o mesmo para qualquer empregado, independentemente de sua idade ou condição de saúde.

O empregador será obrigado a contratar o seguro obrigatório ainda que tenha contratado seguro facultativo para o trabalhador com cobertura para a ocorrência de morte.

O substitutivo deve causar polêmica no mercado. Na comunidade do CQCS, alguns membros já manifestaram sua opinião quanto às propostas do relator. A corretora Rosania Flor e Silva, por exemplo, considera "um absurdo a mudança proposta pelo relator". Segundo ele, a função do plano de seguro de vida é justamente a recolocação social familiar após um evento de sinistro. "Dessa forma, a empresa pagaria apenas um valor que mal daria para cobrir as despesas com o caixão, o que dirá um funeral completo", critica. Ela até concorda que o valor anterior estipulado é muito elevado. Mas, ressalta que essa nova proposta é absurda e "todos deveriam se mobilizar e não aceitar essa mudança tão radical". (Fonte: CQCS - 19/05/10)

:: GOLFO DO MÉXICO

Vazamento de petróleo nos EUA deve afetar o preço mundial de seguros

O derramamento de petróleo da BP no Golfo do México, que pode se tornar o maior desastre ambiental do país e o mais caro serviço de limpeza desde o Exxon Valdez, em 1989, deve custar às seguradoras até US\$ 1,5 bilhão - numa projeção que não leva em conta as indenizações por danos ambientais.

O montante pode não parecer tão grande, se comparado a dezenas de bilhões de dólares perdidos por causa de furacões nos EUA nos últimos anos, mas pode afetar o preço

dos seguros, num momento em que as empresas se preparam para renovar suas coberturas.

Os preços de resseguro vinham caindo por causa da falta de grandes catástrofes: houve apenas dois furacões que ganharam nomes no Golfo do México desde o ano passado.

Isso se segue a grandes aumentos nos preços registrados em 2009, quando as seguradoras e as resseguradoras tentaram se recuperar dos custos dos furacões Ike e Gustav, de 2008, que causaram grandes perdas. (Fonte: Sincor-SP - 17/05/10)



:: NOVA TÁBUA BIOMÉTRICA

Guilherme Campos disse que a proposta poderia aumentar os custos dos seguros. A Comissão de Finanças e Tributação rejeitou na quarta-feira (5) o Projeto de Lei 3411/08, do deputado Giacombo (PR-PR), que previa a prorrogação do seguro de automóvel, sem ônus para o segurado, pelo período em que o veículo permanecesse em oficina credenciada para reparos.

Segundo o projeto, a prorrogação valeria para as coberturas de colisão, incêndio e roubo. Como também havia sido rejeitado pela única ou-

tra comissão que analisou o seu mérito, a de Defesa do Consumidor, o projeto será arquivado.

O relator, deputado Guilherme Campos (DEM-SP), apresentou parecer contrário à proposta. Segundo ele, o projeto provocaria desequilíbrio na relação entre o cliente e a seguradora.

"Mesmo durante o período em que o veículo está sendo reparado, ele continua coberto pelo seguro. A extensão do prazo certamente implicaria acréscimo do custo do seguro, o que iria onerar o cliente", argumentou.